

CULTURA POPULAR E JORNALISMO CULTURAL: OS ÍNDIOS KARIRIS-XOCÓS NA IMPRENSA DE SERGIPE/BRASIL

Ana Valéria Machado Mendonça

Universidade Tiradentes

Resumo

Esta pesquisa trata sobre a problemática indígena no Nordeste brasileiro, especificamente com referência à tribo Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio, município de Alagoas, divisa com o estado de Sergipe. Com uma abordagem relativa à cultura, sociedade, economia e política da tribo, sob o ponto de vista jornalístico, o trabalho apresenta relatos, dados estatísticos e detalhes da sobrevivência e manutenção dos ritos da aldeia, frente à globalização da cultura e da comunicação. Mostra ainda as alternativas encontradas pela tribo para conservar suas características a partir de ações que reestruturem o processo de educação a partir da língua, do conhecimento das tradições pelos jovens índios e da divulgação da cultura através da mídia impressa, instrumento chave para a publicação deste trabalho que serviu para divulgar a festa “Uma noite na aldeia”.

Palavras-chave: Jornalismo cultural – Comunicação das minorias – Comunidades indígenas

Introdução

A cultura popular está ligada às memórias coletiva e individual da sociedade, que por sua vez se encarrega de passar, de geração a geração, tudo aquilo considerado essencial para a manutenção das “tribos” sociais que sobrevivem por intermédio da troca de informação.

Assim como os brancos, os índios, vistos como raça, possuem as mesmas características de formação social típica de qualquer outro grupo social, que por sua vez também sofre com a ausência de memória, seja ela coletiva ou individual entre o índio para ele mesmo ou até entre o branco para com o índio.

Importante se torna intermediar essa troca de informação entre os indivíduos, de forma a perpetuar a espécie como modelo de cultura, apto a enfrentar novas e infinitas gerações. Eis que chega o jornalismo cultural, como intermediador do processo, que possivelmente viabiliza a troca de conhecimento através da comunicação, aqui especificada não somente pela

tecnologia e todo seu aparato científico, mas, principalmente, pela troca de idéias e implemento de ações que fomentem acontecimentos outros, a exemplo da festa “Uma noite na aldeia”, organizada pelos índios da tribo Kariri-Xocó, localizada no município alagoano de Porto Real do Colégio, no Nordeste do Brasil.

De uma simples festa levada à mídia sergipana, os índios, que até então visavam o retorno de recursos econômicos necessários a investimentos básicos da aldeia, viram-se estampados na imprensa como figuras reais, e no mesmo instante, utópicos, aos olhos dos brancos que possivelmente tenham mantido contato com eles pela primeira vez.

O índio nordestino já não mais sobrevive às custas de ilusão. Suas necessidades são reais como as de qualquer outro indivíduo desta Sociedade da Informação na qual nos situamos. Dessa forma, o jornalismo cultural não poderia ter sido melhor como investimento de divulgação da realidade social, econômica, política, religiosa e cultural, inerentes aos índios.

Neste trabalho, o jornalismo cultural serve como ferramenta indispensável para a sobrevivência de uma cultura popular estabelecida nos moldes dos conceitos da tribo Kariri-Xocó, mas esclarecedora à cultura popular do branco, que graças à reportagem especial sobre os índios de Porto Real do Colégio, puderam adentrar na intimidade da aldeia e daí estabelecerem novos conceitos.

Na seqüência, é reproduzida a reportagem que enfoca a situação da tribo na contemporaneidade haja vista o processo de globalização no qual está inserida, frente aos meios de comunicação.

Kariris-Xocós: economia e sobrevivência

A resistência de uma tribo que sobrevive à custa das tradições

O portão em processo de ferrugem, distante 500 metros de distância da sede do município de Porto Real do Colégio, em terras alagoanas, dá acesso a um vilarejo de casas de alvenaria ou de pau a pique, entrecortadas por ruas de piçarra, onde animais, lixo e crianças se cruzam por todos os lados. A luz elétrica sofre quedas constantes, a rede de esgoto não existe, falta saneamento básico e a água que abastece as casas não possui tratamento.

Por conta da precária infra-estrutura do local, as roupas são lavadas à beira do Rio São Francisco, o mesmo rio cujo processo de desgaste e contaminação também é o responsável pelos surtos de cólera, verminoses, viroses e doenças de pele, que sempre atingem crianças e adultos por todo o lugarejo onde moram três mil pessoas distribuídas entre as 467 famílias,

alojadas em 625 hectares de terra nem sempre produtiva. “Antes, os kariris-xocós dominavam 7,2 mil hectares na região, tomados pelo branco, apesar da existência de documentos e registros de posse da área, datados da época dos jesuítas”, denuncia o pajé da tribo, Júlio Queiroz Suíra, 64.

São 1,5 mil adultos e o outro tanto de crianças. Aliás, na Reserva Indígena dos Kariris-Xocós, a partir dos 13 ou 14 anos, a criança passa a ser considerada adulto, com obrigações e deveres familiares. Há 20 anos liderada pelo pajé, a tribo convive com a modernidade muito bem, sem esquecer das tradições que norteiam o senso crítico do pajé em avaliar os problemas da comunidade e suas carências. “Fomos obrigados a conviver com os brancos, o que nos fez adquirir alguns dos seus costumes. Mesmo assim, procuramos respeitar ao máximo nossas tradições”, afirma Júlio Suíra.

Prova disso é a existência de uma escola municipal e um posto de saúde da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, onde trabalha o filho do pajé, Carlos Roberto Suíra, o Carlinhos, que também é candidato a vereador pela tribo. Para surpresa de alguns, o presidente da Câmara de Vereadores do município é índio, assim como o delegado, um policial, o professor e outros representantes indígenas de relevância junto à sociedade. “Tudo isso ainda é pouco. Somos discriminados, vítimas de preconceito e por isso nos protegemos em nossas tradições, com as quais também nos sustentamos espiritualmente para dar conta dos problemas daqui”, diz o pajé Júlio Suíra. Mesmo com todos os problemas, sua tribo foi a única da região que não abandonou a área de domínio.

Apesar da presença da FUNAI na região, a Fundação não mais opera como antes. Cada vez mais enfraquecida e falida, ela mantém hoje na ativa somente a assistência jurídica, pois os recursos para a saúde, educação e projetos voltados para os índios não existem mais, graças à municipalização instituída pelo governo. “Mesmo assim, ruim com ela, pior sem ela”, sentencia o pajé.

Resgate de vida

Uma escola indígena, que abriga 25 crianças escolhidas pessoalmente pelo pajé, com faixa etária entre os 10 e 13 anos, se encarrega de resgatar as tradições junto aos mais jovens. É lá que encontramos Luciana Cruz Tkayane, 22, professora do grupo junto com o historiador da tribo, José Nunes, 36, sobrinho do pajé. Luciana está terminando o segundo grau mas já teve a oportunidade de realizar diversos cursos nas áreas da cidadania, pesquisa, informática, comunicação e agente comunitário através da FUNAI, ONG's e Universidades.

O mesmo aconteceu com Zé Nunes, que já esteve em Goiás estudando técnicas agrícolas mas que por fim decidiu buscar na tribo toda o ensinamento necessário para a vida e

participar de palestras em universidades que o convidam como historiador. “Hoje o índio não pode mais viver sem conhecer um pouco da cultura do branco. Só assim ele vai adquirir maturidade para dividir as culturas. A escola indígena serve para que o índio aprenda a viver em equilíbrio entre as duas culturas”, explica Luciana. O prédio da escola, ainda está faltando o reboco e a pintura, merenda escolar, material didático, carteiras, estante para livros, armário para guardar a merenda, arquivo e uniformes.

“Para ajudar nossa economia de subsistência, precisamos resgatar a pescaria, a cerâmica, o artesanato e a agricultura auto-sustentável. Temos uma olaria de tijolo maciço, mas precisamos fazer o tijolo de seis furos, que é vendável, no entanto, nos falta maquinário. A FUNAI fornece anualmente a cada família, uma tarefa de terra arada com dez quilos de feijão e sete de milho, que não dão para nada. Por isso o índio sai para trabalhar nos projetos de irrigação de arroz, em Sergipe e Alagoas, nas olarias e nos serviços alternativos”, explicou Zé Nunes.

Graças a muitas andanças para a capital alagoana e, quando necessário, até mesmo para Brasília, já se foi possível aposentar alguns índios da tribo, bem como conseguir auxílio maternidade para as índias e seus filhos de 0 a 5 anos, além de incluir a tribo no projeto “Comunidade Solidária”. “O único mecanismo que temos para divulgar nossa problemática é a imprensa, através do jornal e da televisão, mesmo assim, para essas últimas conquistas, levamos quase dez anos de briga par lá e para cá”, conta o historiador, que também é assessor do presidente da Câmara.

Auxílio financeiro

“Uma noite na aldeia” foi o nome da festa realizada para arrecadar fundos para a tribo. Ela aconteceu no Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe - Cultart, no sábado, dia 19, às 21h. Os índios estiveram presentes e dançaram o Toré para os participantes, uma dança sagrada. Eles também organizaram um debate onde expuseram suas principais necessidades, falando, inclusive, da cultura, economia, vida em sociedade e muito mais, além de responderem a perguntas dos interessados.

Houve também venda de artesanato indígena, exposição fotográfica e shows artísticos com Sergival, Alex Sant’Anna, Elisa Nunes, Sena, Nino Karva e Cia Realejo Cigano de Contadores de Histórias (atrações artísticas sergipanas). Quem contribuiu, auxiliou para a manutenção da tribo, implementação de projetos e compra de sementes para a tribo, através de depósito bancário pelo movimento SOS Kariri-Xocó.

Kariris-Xocós: cultura e sociedade

O sagrado e o profano juntos, em perfeita harmonia

Apenas três quilômetros separam Sergipe da cidade alagoana de Porto Real do Colégio. Os Kariris-Xocós vivem em Colégio muito antes da chegada das missões jesuítas na região. Com o avanço das missões, houve uma expulsão gradativa dos índios, que por muito tempo ficaram concentrados em apenas duas ruas do município, em especial a rua São Vicente ou rua dos Caboclos. O único espaço que eles conseguiram preservar, na época, foi a aldeia sagrada do Ouricuri. É lá que são realizados até hoje os rituais sagrados, onde os índios se reúnem em segredo por duas semanas no início do ano e depois, a cada dois fins de semana, um lugar onde eles fazem a manutenção de sua própria identidade. Um local de comunhão e de espiritualidade indígena.

“Disciplina e energia. Princípios fundamentais para o índio ir ao Ouricuri e isso, todos têm”, palavras do pajé Júlio Suíra. “Você vai ter autorização para ir ao Ouricuri, somente porque não estamos reunidos”, enfatizou o pajé, referindo-se à visita ao local considerado sagrado pela tribo. Os brancos podem visitar o espaço, desde que não observem os rituais. A tão esperada visita ao Ouricuri não poderia ser de outra forma, senão monitorada pessoalmente pelo filho do pajé, Carlos Suíra. No caminho, o aviso de que estaríamos sendo observados por fiscais da aldeia sagrada.

O acesso é identificado por um portão que dá acesso a uma trilha, ladeada por mata cerrada. Na passagem, não é difícil identificar na mata, caminhos estreitos abertos pelos índios. No centro da aldeia do Ouricuri, existe uma grande área livre de terra em forma de círculo, rodeada por centenas de pequenos casebres de alvenaria. Não há portas ou móveis dentro dos espaços coletivos, que chegam a abrigar, por duas semanas em janeiro, mais de seis mil índios. Do lado direito, somente mulheres e crianças. O único homem com permissão de entrar na área é o pajé Júlio Suíra. Do lado esquerdo, somente os homens. Pronto! É até aí que o imaginário do branco tem permissão de invadir o Ouricuri, que se fecha aos olhos estranhos à tribo.

Coisa para branco ver

Quanto ao Toré, ele diz: “esta é a única coisa que podemos mostrar ao branco, uma coisa indiferente, que serve para nos deixar presentes junto a outros povos”. As cores do Toré têm um sentido todo especial, seja em sinônimo de alegria, tristeza ou guerra, assim como os cânticos. Cada um chama um poder espiritual. Especial também é a família indígena. Quanto mais numerosa e consistente, mais poder representa sobre os demais. Por isso mesmo, os jovens casais se formam quando as crianças de 13 ou 14 anos, já consideradas adultas perante

a tribo, fogem e constituem uma família, tal qual a do pajé. Ele casou quando tinha 19 anos e a mulher, 13. Possuem 12 filhos, 35 netos e cinco bisnetos, frutos dos 45 anos de união.

Pertencentes à quarta ou quinta geração indígena, numa fusão entre os Funi-ô, Karapotó, Kariri, Xocó, Pankararu, Xucuru e outras tribos extintas da região, os Kariris-Xocós detêm um índice de analfabetismo de apenas 1%, graças à presença maciça dos índios nas escolas do município e também no Centro Cultural Indígena, que resgata as tradições. Dividida nos quesitos administração e liderança espiritual, outro filho do pajé, Francisco Suíra, 32, responde como administrador, cuidando dos interesses da tribo, que também necessita de um computador e uma máquina de costura usados. “Estamos preocupados em mostrar nossa cultura para o mundo”, ressaltou.

Além dos princípios espirituais e culturais, misturados atualmente aos princípios econômicos e políticos, as artes de um modo geral sempre predominaram entre as comunidades indígenas. Não é à toa que todas as famílias possuem seu artesanato. Awassury, 24, consegue lucrar R\$ 300,00* pela venda de seu artesanato. O dinheiro ajuda à família e serve para as despesas do jovem rapaz. São colares, brincos, anéis, conchas de cozinha, maracas, xanducas (que são os cachimbos), e tudo aquilo que a imaginação permitir. Sua matéria prima tem custo zero, só dá um pouco de trabalho na hora de sair para o mato e colher sementes de meiru, taboca (bambu), ossos, penas de paturi e carcará, ouricuris, madeira e corda de croá (uma fibra natural encontrada na região).

“Em novembro de 1978, os índios retomaram as terras da aldeia da Sementeira, onde estão atualmente. Aos poucos, eles estão reavendo parte das terras tomadas. A FUNAI, por sua vez, vem realizando a redemarcação das terras indígenas, que já resultou em 7,2 mil hectares, para restabelecer parte da aldeia tradicional. Não chega a ser o tamanho da aldeia original, até porque algumas áreas ficaram de fora, a exemplo da cidade de Porto Real do Colégio e algumas comunidades rurais já estabelecidas”, explica a doutora Clarice Novaes da Mota, antropóloga e estudiosa sobre os índios Kariri-Xocó.

“Reaver essa terra, melhorar a agricultura, viabilizar o projeto de agricultura auto-sustentável, construir ocas à moda antiga que sirvam de ponto de apoio para visitantes e pesquisadores, escola de tradições indígenas, enfermaria, ponto de venda do artesanato produzido na comunidade, entre outras coisas, fazem parte desse grande projeto, que tem por objetivo reavivar não somente a cultura e a tradição indígenas, como também manter esse

* O equivalente a cerca de US\$ 150,00

povo vivo. É aí que entra o SOS Kariri-Xocó, para dar um apoio, uma fonte de financiamento para a implantação de todos esses projetos auto-sustentáveis”, reforçou a professora.

Índia branca

Parece história de filme ou até “causo” de que se ouve falar dos mais velhos, mas em 1983, quando a doutora Clarice Novaes da Mota desembarcou na tribo dos Kariris-Xocós, em Porto Real do Colégio, município alagoano, ela não imaginava que os resultados de sua pesquisa científica fossem representar tamanho progresso para aquela comunidade carente, desprotegida e ansiosa por progresso de vida.

Filha de pai sergipano, ela nasceu em Pernambuco, se criou no Rio de Janeiro e viveu entre o México e Estados Unidos por mais de 20 anos. Doutora em antropologia pela Universidade do Texas, Clarice é considerada pelo pajé Júlio Suíra, como uma filha índia branca, aceita pela comunidade desde os tempos do pai, seu Francisco Suíra, que mantinha uma relação muito próxima com a então jovem pesquisadora.

De lá para cá, vários projetos deram sustentação à permanência de Clarice na área, a exemplo de inúmeras publicações científicas, trabalhos especializados e um livro editado em 1997, na Inglaterra, que fala sobre dois grupos indígenas, os Xocós e os Kariris-Xocós, a luta pela identidade, pela sobrevivência.

Após ter se afastado para dar continuidade a outros projetos pelo país, a pesquisadora não tinha outra saída a não ser voltar para onde tudo começou: a aldeia. Agora, para não ficar parada, doutora Clarice, que vem atuando como professora visitante da Universidade Federal de Sergipe; formou um grupo de pesquisa, denominado SOS Kariri-Xocó, do qual fazem parte alunos da Universidade Federal de Sergipe, um pedagogo e um agrônomo pernambucanos, um veterinário do Rio de Janeiro e um professor da Universidade Tiradentes. Atualmente, o grupo desenvolve um projeto de desenvolvimento auto-sustentável para a tribo, que visa dar resultados na agricultura como meio de sobrevivência para a aldeia.

“Outros grupos bastante competentes de pesquisa indígena também atuam no Estado”, faz questão de frisar a professora, que é mais fácil de ser encontrada na tribo do que na cidade. “No aspecto geográfico, com as mudanças nas cheias, provocadas pela construção de quatro barragens na região do São Francisco, a pesca já não é tão produtiva como antes, e não é suficiente para garantir o sustento da tribo. Hoje, os índios vivem das roças, mas não possuem sistema de irrigação para aumentar a lavoura, nem trator para manter um bom ritmo de trabalho. Com a chegada da colheita, cerca de 400 famílias não terão produzido o suficiente para sobreviver até o novo plantio. É aí que o grupo de pesquisa entra, realizando

estudos, implementando projetos e buscando meios para viabilizar os projetos de melhoria da comunidade”, explica a pesquisadora.

Uma noite na aldeia com os índios kariris-xocós

A noite chuvosa de sábado não conseguiu espantar o público que lotou o Cultart para assistir a apresentação do Toré, a dança sagrada dos índios Kariris-Xocós, de Porto Real do Colégio, Alagoas. A festa “Uma noite na aldeia” reuniu num só espaço professores universitários, estudantes, pesquisadores, curiosos e muitos índios vestidos a rigor.

Numa das laterais dos fundos do Cultart, onde é montado o palco para as apresentações no local, as mesas enfileiradas lembravam uma feira bem movimentada com a presença de muitos compradores. O artesanato vendido foi dos mais bem trabalhados e diversificados: de colar a arco e flecha, com direito a maracas e xanducas (cachimbos indígenas) e outros adereços indígenas, indo parar no pescoço, nas orelhas ou nas mãos das crianças, que se viam ansiosas pela rara oportunidade de estarem ao lado de índios de ‘verdade’.

Cerca de 30 índios saíram da aldeia para a festa. Liderados pelo cacique José Tenório, o grupo de homens, mulheres e crianças atendeu a todos os pedidos para fotos e respondeu a perguntas das mais curiosas, a exemplo de como o índio vive na tribo. As cores escolhidas para noite foram o preto e branco, o dia e noite juntos com as forças da terra, afinal, eles estavam em território alheio e em condições incomuns à rotina do grupo, apesar do costume de se apresentarem em festas e eventos.

Com os atrasos provocados pela chuva, a festa foi começar para valer lá pelas 22h30, com o show do cantor e compositor Sena. Depois a Cia Realejo Cigano fez sua participação em homenagem aos índios para em seguida ceder o espaço para a doutora Clarice Novaes da Mota ressaltar para todos os presentes a importância daquele momento.

Em meio a um turbilhão de vozes animadas e afoitas, pouco a pouco os dançarinos foram se enfileirando ao lado do cacique, que com seus gritos e assobios reunia o grupo. O ponto alto da festa se aproximava. Após o entoar de cantos de preparação, o cacique deu o sinal que todos esperavam: começava o Toré.

Os ritmos sagrados

Numa evolução cadenciada, os índios cantaram deixando a platéia atônita pela dimensão do espetáculo. Em círculos, eles chamavam a mãe terra, o avô sol e a avó lua, todos com suas formas redondas, numa comunhão de todos os fenômenos da natureza. De uma

apresentação que geralmente dura algo em torno de 15 minutos, gradativamente o tempo passava e já iam mais de 30 minutos de pura energia.

A dança do vento foi uma das coreografias que abriu o espetáculo, acompanhado do canto da Jurema, uma espécie de louvor à árvore sagrada com poderes de cura e que provoca visões, permitindo aos índios o contato com a espiritualidade. O Toré pode ser apresentado com um mínimo de três pessoas ou mesmo com toda a tribo reunida.

A dança do búzio foi um momento especial. A coreografia é dançada em dupla, em que os pares assopram um instrumento típico, também chamado de búzio. A dança representa a união social, agradecendo a presença de todos em gesto de reverência. A dança do pássaro foi uma das últimas. Nela, homens e mulheres rodopiam juntos, simulando a dança dos pássaros.

O final do espetáculo não podia ser diferente. Mirada pelo cacique, a índia branca, Clarice Novaes, foi puxada para o centro da dança. De braço dado com o cacique, ela participou do encerramento do Toré, deixando claro para todos o valor depositado pela tribo às ações da antropóloga, que pretende dar continuidade aos projetos auto-sustentáveis para a tribo, graças à renda arrecadada com a festa.

Cartilha para brancos

Há 300 anos a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda documentos que registram a língua kariri. Escrita pelo padre capuchinho francês Vicêncio de Maminhame, somente agora, depois de quase três anos de pesquisa graças à ajuda de estudiosos amigos que se interessaram pelo tema, o historiador da tribo Kariri-Xocó, José Nunes, conseguiu reunir 1.115 palavras numa cartilha.

O material ainda está em fase de edição, em São Paulo, mas traz à tona a língua, considerada pela tribo como um instrumento de cultura. “Para nós é uma forma de nos conectar com os antigos, um exemplo de organização social perfeita”, completa Zé Nunes, presente à festa “Uma noite na aldeia”, cumprindo sua função de organizador do grupo e coordenador das atividades culturais apresentadas naquela noite.

“Para uma nação que abrangia 60 povos distribuídos do Ceará a Bahia e hoje conta com apenas dois grandes grupos, os Kariris de Alagoas e os Kiriris da Bahia, temos que fazer alguma coisa que mostre nossa existência e resistência. Muitos de nós foram dizimados pelos Bandeirantes, pelas doenças e pelas guerras, mas nossa língua sobreviveu”, justificou o historiador.

Conheça algumas palavras incluídas na Cartilha que deve ser lançada ainda em 2000:
Nhenety – tradição

Nunú – língua

Badze – Deus

Tizú – água

Ynuray – criança

Conclusão

Avaliar as circunstâncias às quais estão submersas as tribos indígenas remanescentes nas regiões brasileiras, em especial, os índios sertanejos, é, sem dúvida, elevar o estudo à contemporaneidade da sociedade, introduzindo informações até então desconhecidas do próprio homem branco. Como elemento de pesquisa acadêmica, poderia fomentar a produção de condições sustentáveis à formação do futuro jornalista enquanto produtor de análises críticas e não apenas retransmissor de informações deslocadas do imaginário social.

Do estilo moderno de produzir jornalismo, de forma articulada com o agendamento de discussões sociais, propõe-se uma reviravolta em sentido amplo no pautar de temas adversos aos comumente admitidos pelo sistema de dominação intelectual vigente no modo capitalista de gerar a notícia.

As mutações sociais observadas no indivíduo inserido num universo tecnológico, seu espaço, seu tempo e seu *modus vivendi* em torno da pós-modernidade da cultura e da ciência, estão colocando o homem na função de expectador de conflitos que provocam metamorfoses no ir e vir da informação, elementos discutidos por Elhajji (1998).

Dessa forma, se faz contundente a iniciativa de associar a Cultura Popular ao Jornalismo Cultural, como forma de inserção de camadas excluídas da sociedade, a exemplo dos índios da tribo alagoana Kariri-Xocó, como interface na produção científica e jornalística, extraindo outros subsídios considerados relevantes para a construção de um pensar livre da cultura.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Acrísio Torres. Pequena História de Sergipe, Aracaju, 1966.

DANTAS, Beatriz Góis. Os Índios em Sergipe. *in* Textos para História de Sergipe. DINIZ, Diana M. (coord.). Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991.

_____, História de grupos indígenas e fatos escritos: o caso de Sergipe. Revista de Aracaju. (8): 115-123, 1985.

DANTAS, Beatriz Góis e DALARI, Dalmo de Abreu. Terra dos Índios Xocó. São Paulo,



Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1980.

ELHAJJI, Mohammed. Globalização e Convergência. Tese de Doutorado. ECO-UFRJ, 1998.

FUNAI. Relatório sobre os Xocó. Processo FUNAI/BSB/5525/79.1985. vol. 2.

HÜHNE, Leda Miranda (org.). Metodologia Científica: caderno de textos e técnicas. 5ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1992.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a Cultura: a comunicação e seus produtos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.